

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.593.754 - SP (2019/0293411-3)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : NOTRE DAME INTERMEDICA SAUDE S.A
ADVOGADO : MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA - PE023748
AGRAVADO : MARIANA AUN FRANCISCO BOGADO
ADVOGADO : ABÍLIO DIAMANTINO FRANCISCO BOGADO - SP145430
INTERES. : VOCE CLUBE DE BENEFICIOS SOCIAIS, SAUDE E ODONTOLOGICO LTDA

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por NOTRE DAME INTERMÉDICA SAÚDE S.A, de decisão de inadmissibilidade de recurso especial com fundamento no art. 105, III, *a e c*, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do São Paulo, assim ementado (fl. 513):

Apelação Cível.

Plano de Saúde Coletivo - Ação de obrigação de fazer cumulada com indenização por dano material com pedido de tutela de urgência - Prescrição trienal - Aplicação do artigo 206, parágrafo 3º, inciso IV, do Código Civil - Reajuste anual por aumento de sinistralidade - Inexistência de abusividade na cláusula contratual que permite tal reajuste, para manutenção do equilíbrio financeiro do contrato - Ausência, entretanto, de demonstração dos fatores que levaram ao reajuste por aumento de sinistralidade indicado na inicial - Rés que não se desincumbiram do ônus da prova que lhes cabia - Abusividade verificada - Substituição pelos índices de reajustes anuais aprovados pela ANS para planos individuais e familiares - Devolução dos valores pagos a maior que se impõe, sob pena de enriquecimento ilícito das rés - Sentença de procedência mantida.

Nega-se provimento ao recurso de apelação da ré.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 27, § 1º, II, da Lei 9.069/95, 206, 478 e 479 do Código Civil, e 3, II, Resolução 63/2003. Sustenta, em síntese, a validade do reajuste aplicado por mudança de faixa etária e por sinistralidade, aduzindo que houve a demonstração dos dados atuariais que esclarecessem os percentuais aplicados pela Operadora (fls. 575 e 576).

Contrarrazões apresentadas.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. Decido.

Cuida-se de recurso especial que discute, dentre outras matérias, questão relativa à validade de cláusula contratual de plano de saúde coletivo que prevê reajuste por faixa etária.

A Segunda Seção desta Corte afetou a questão à sistemática de recursos repetitivos, cadastrado como Tema 1016, assim delimitada a controvérsia:

(a) Validade de cláusula contratual de plano de saúde coletivo que prevê reajuste por faixa etária; e

(b) Ônus da prova da base atuarial do reajuste.

Outrossim, foi determinada a suspensão da tramitação de processos em todo território nacional, nos termos do artigo 1037, inciso II, do CPC/2015.

Nesse contexto, determino a devolução dos presentes autos ao eg. Tribunal de origem onde o andamento ficará suspenso até o julgamento do tema nº 1016.

Publique-se.

Brasília-DF, 22 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**
Relator